



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
COMPANHIA AMBIENTAL DO ESTADO DE SÃO PAULO

LICENÇA AMBIENTAL DE INSTALAÇÃO

Nº 2507

PROCESSO

Nº 25/2016

A Companhia A Companhia Ambiental do Estado de São Paulo – CETESB, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Federal 6.938, de 31 de agosto de 1981, que dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, regulamentada pelo Decreto Federal 99.274, de 06 de junho de 1990, a Lei Estadual 13.542, de 08 de maio de 2009, e demais normas pertinentes, emite a presente **Licença Ambiental de Instalação**, com base no Parecer Técnico nº 429/17/IE e na Licença Ambiental Prévia nº 2556 de 23/06/2017, para:

IDENTIFICAÇÃO DO EMPREENDEDOR

RAZÃO SOCIAL: CONCESSIONÁRIA ROTA DAS BANDEIRAS S.A.

CNPJ: 10.647.979/0001-48

LOGRADOURO: AV. RODOVIA DOM PEDRO I, km 110+400, S/Nº

BAIRRO: SÍTIO DA MOENDA

CEP: 13252-800

MUNICÍPIO: ITATIBA

IDENTIFICAÇÃO DO EMPREENDIMENTO

NOME: PROLONGAMENTO DA RODOVIA JOSÉ ROBERTO MAGALHÃES TEIXEIRA (SP-083) – SEGMENTO ENTRE A RODOVIA DOS BANDEIRANTES (SP-348) E A RODOVIA SANTOS DUMONT (SP-075)

LOGRADOURO: RODOVIA JOSÉ ROBERTO MAGALHÃES TEIXEIRA (SP-083) DO KM 18+320 ao KM 26+870

MUNICÍPIOS: CAMPINAS E INDAIATUBA

CARACTERIZAÇÃO DO EMPREENDIMENTO

Obras de implantação do prolongamento da SP-083, no trecho compreendido entre o km 18+320 ao km 21+000 e compreende trecho de 2,68 quilômetros de extensão (entre as estacas 1.000 à 1.140), no município de Campinas. Ao longo do trecho são previstas duas obras de arte especiais, no km 18+500, possibilitando passagem dos veículos pela Estrada Dr. José Bonifácio.

OBSERVAÇÕES

- O empreendedor deverá comunicar à CETESB o início das obras.
- A presente Licença Ambiental de Instalação deverá permanecer no local do empreendimento.
- Previamente à operação do empreendimento deverá ser obtida a Licença Ambiental de Operação, sob pena de aplicação das penalidades previstas na legislação em vigor.
- A Licença Ambiental de Operação somente será concedida após o cumprimento das exigências relacionadas neste documento.
- A presente Licença Ambiental de Instalação não dispensa nem substitui quaisquer alvarás, licenças, autorizações ou certidões de qualquer natureza, exigidos pela legislação federal, estadual ou municipal, bem como não significa reconhecimento de qualquer direito de propriedade.
- Integra a presente Licença 01 anexo.
- O prazo de validade desta Licença Ambiental de Instalação é de 06 anos, a contar da data de sua emissão.

O presente documento foi emitido sem rasura e/ou colagem

Data 28/11/17

Ana Cristina Pasini da Costa

ANA CRISTINA PASINI DA COSTA (Diretora de Avaliação de Impacto Ambiental)





GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
COMPANHIA AMBIENTAL DO ESTADO DE SÃO PAULO

ANEXO

Folha 01/07

PROCESSO
Nº 25/2016

O presente anexo é parte integrante da LICENÇA AMBIENTAL DE INSTALAÇÃO Nº 2.507

O empreendedor deverá apresentar, para análise e aprovação da CETESB, o atendimento às seguintes exigências:

Antes do início das obras

1. *Apresentar cronograma de implantação especificando os serviços ambientais a serem implantados e responsáveis pela execução e recuperação ambiental, com suas respectivas Anotações de Responsabilidade Técnica – ARTs.*
2. *Apresentar atualização e detalhamento dos Programas de Controle Ambiental das Obras – PCA, de Monitoramento e de Educação Ambiental e respectivos Subprogramas conforme item 3.3 do Parecer Técnico 429/17/IE.*

Durante a implantação do empreendimento

3. *Apresentar relatórios quadrimestrais de acompanhamento do Programa de Comunicação Social, comprovando as atividades desenvolvidas no período, os resultados obtidos, os registros na Ouvidoria e as respectivas medidas adotadas, avaliação de desempenho do programa, a equipe técnica responsável, o cronograma de atividades para o próximo período e os registros fotográficos datados.*
4. *Apresentar relatórios quadrimestrais de acompanhamento dos Programas de Controle Ambiental das Obras – PCA, de Monitoramento e de Educação Ambiental e respectivos Subprogramas, comprovando por meio de registros fotográficos datados, a implementação de todas as medidas mitigadoras previstas. Deverão ser apresentados os mecanismos de gestão adotados, as não conformidades verificadas em campo, as respectivas ações corretivas adotadas e a equipe técnica responsável. Apresentar, para os programas de monitoramento, os resultados obtidos em planilhas eletrônicas editáveis (extensão xls, ou compatível); e, a localização do empreendimento, de pontos amostrais e das áreas estudadas em arquivos raster (extensão GeoTIFF ou compatível) e vetorial (extensão shp. ou compatível), em UTM, Datum SIRGAS 2000.*
5. *Incluir no Programa de Controle Ambiental das Obras – PCA, de Monitoramento e de Educação Ambiental, e respectivos Subprogramas, as diretrizes indicadas no item 3.3 do Parecer Técnico 429/17/IE.*
6. *Apresentar, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias da emissão da LI, relatório fotográfico datado comprovando a implantação dos sistemas de drenagem provisória nas frentes de obras, especialmente junto dos corpos d'água e/ou talvegues. Contemplar medidas de proteção do solo, medidas de disciplinamento e dissipação de energia das águas e dispositivos estruturais de contenção de sedimentos, conforme previsto no Programa de Controle Ambiental de Obras – PCA. Deverão constar também os registros fotográficos dos corpos d'água antes do início das obras e durante as intervenções previstas, com especial atenção ao Rio Capivari Mirim e afluente do Rio Capivari.*

O presente documento foi emitido sem rasura e/ou colagem





GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
COMPANHIA AMBIENTAL DO ESTADO DE SÃO PAULO

Folha 02/07

ANEXO

PROCESSO
Nº 25/2016

O presente anexo é parte integrante da LICENÇA AMBIENTAL DE INSTALAÇÃO Nº 2.507

7. *Apresentar relatórios quadrimestrais de acompanhamento dos Programas de Controle Ambiental das Obras – PCA, de Monitoramento Ambiental e de Educação Ambiental e respectivos Subprogramas, comprovando por meio de registros fotográficos datados, a implementação de todas as medidas mitigadoras previstas. Deverão ser apresentados os mecanismos de gestão adotados, as não conformidades verificadas em campo, as respectivas ações corretivas adotadas e a equipe técnica responsável. Apresentar, para os programas de monitoramento, os resultados obtidos em planilhas eletrônicas editáveis (extensão xls, ou compatível); e, a localização do empreendimento, de pontos amostrais e das áreas estudadas em arquivos raster (extensão GeoTIFF ou compatível) e vetorial (extensão shp. ou compatível), em UTM, Datum SIRGAS 2000.*
8. *Incluir no âmbito do Programa de Controle Ambiental das Obras, a aplicação durante as obras, da Resolução CONAMA nº 01/90, que estabelece os critérios e padrões da Norma NBR 10.151 "Avaliação do ruído em áreas habitadas, visando o conforto da comunidade", da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT.*
9. *Demonstrar no âmbito dos relatórios quadrimestrais de acompanhamento do Programa de Controle Ambiental das Obras, a implantação de barreira física de atenuação dos níveis de ruído no solo, de acordo com as diretrizes dispostas no item 3.3 do Parecer Técnico nº 227/17/IE.*
10. *Solicitar, caso necessário, o cadastramento de áreas de apoio situadas fora da faixa de domínio junto ao Departamento de Avaliação Ambiental de Empreendimentos – IE, priorizando as áreas sem restrição ambiental, que se enquadrem na Resolução SMA nº 30/2000.*
11. *Incluir, no âmbito dos relatórios quadrimestrais de acompanhamento do PCA, a identificação das áreas utilizadas como Depósitos de Materiais Excedentes Provisórios.*
12. *Apresentar, no prazo máximo de 60 dias da emissão da LI, relatório fotográfico datado comprovando a implantação dos sistemas de drenagem provisória nas frentes de obras, conforme diretrizes do item 3.8 do Parecer Técnico 429/17/IE. Contemplar medidas de proteção do solo, medidas de disciplinamento e dissipação de energia das águas e dispositivos estruturais de contenção de sedimentos, conforme previsto no Programa de Controle Ambiental de Obras – PCA. Deverão constar também os registros fotográficos de todos os pontos críticos antes do início das obras e durante as intervenções previstas, com especial atenção aos afluentes do Rio Capivari.*
13. *Apresentar, no âmbito do 1º relatório quadrimestral de acompanhamento do Programa de Monitoramento de Água, os resultados obtidos em campanha realizada antes do início das obras.*
14. *Apresentar, no âmbito do 1º relatório quadrimestral de acompanhamento do PCA, a localização do canteiro de obras, a identificação e as licenças ambientais de todos os fornecedores de materiais e produtos necessários à obra.*
15. *Comprovar, no âmbito dos relatórios quadrimestrais de acompanhamento do Programa de Monitoramento da Água, o atendimento às diretrizes dispostas no item 3.10 do Parecer Técnico 429/17/IE.*

O presente documento foi emitido sem rasura e/ou colagem



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
COMPANHIA AMBIENTAL DO ESTADO DE SÃO PAULO

ANEXO

Folha 03/07

PROCESSO
Nº 25/2016

O presente anexo é parte integrante da LICENÇA AMBIENTAL DE INSTALAÇÃO Nº 2.507

16. *Apresentar, antes de intervir na área com potencial de contaminação (Parqueamento de veículos) e nas áreas contaminadas (Robert Bosch Ltda e Valeo Sistemas Automotivos - Divisão de Embreagem), ações para o gerenciamento das eventuais interferências das obras nestas áreas de acordo com as diretrizes do item 3.17 do Parecer Técnico nº429/17/IE.*
17. *Informar, com antecedência mínima de 15 dias, o Departamento de Avaliação Ambiental de Empreendimentos e o Centro de Manejo de Fauna Silvestre – SMA/CBRN/DeFau sobre o início das atividades de supressão de vegetação.*
18. *Apresentar relatórios quadrimestrais de acompanhamento do Programa de Conservação da Fauna e Flora e seus Subprogramas, contemplando a descrição das atividades realizadas no período; registros fotográficos datados; mapeamento e georreferenciamento das áreas de intervenção; eventuais não conformidades e respectivas medidas corretivas adotadas; análise crítica dos resultados e; equipe técnica responsável. Informar e georreferenciar os locais de relocação das espécies de flora e os eventuais materiais doados. Para o Subprograma de Resgate de Fauna informar as ações de afugentamento e resgate desenvolvidas, a identificação dos animais resgatados e sua condição de saúde; tempo de permanência nos centros de triagem; destino proposto ou já realizado; e áreas identificadas e georreferenciadas para soltura. Para o Subprograma de Monitoramento de Fauna contemplar o mapeamento e georreferenciamento das áreas amostradas; as espécies identificadas; comparação entre as campanhas e análise crítica dos dados coletados, os quais deverão subsidiar as ações de resgate e relocação de fauna.*
19. *Apresentar, antes do início das atividades de supressão de vegetação, um Subprograma de Resgate de Flora, contemplando no mínimo: procedimentos executivos para o resgate e relocação de espécies, espécies prioritárias; ações para coleta de sementes e plântulas; projeto e localização de viveiros de espera; georreferenciamento e caracterização das áreas de resgate e relocação; cronograma de atividades e equipe responsável. Considerar o envio desse material para Unidade de Conservação, prefeituras interessadas na recuperação de áreas degradadas, viveiros conservacionistas, etc.*
20. *Apresentar, antes do início das atividades de supressão de vegetação, para aprovação deste Departamento, um Subprograma de Monitoramento da Fauna, incluindo o monitoramento de mastofauna (mamíferos de médio e grande porte, mamíferos de pequeno porte voadores e não-voadores), avifauna, herpetofauna e ictiofauna. Deverão ser definidas as áreas, espécies alvo, metodologias, esforço amostral, equipe responsável, cronograma da realização das campanhas semestrais durante a implantação do empreendimento e previsão de continuidade durante os três primeiros anos da operação.*
21. *Apresentar, antes do início da supressão de vegetação, a Autorização para manejo, translocação, captura e transporte da fauna emitida pelo Departamento de Fauna da Secretaria do Meio Ambiente (SMA/CBRN/DeFau), conforme disposto na Resolução SMA nº 92/2014.*

O presente documento foi emitido sem rasura e/ou colagem



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
COMPANHIA AMBIENTAL DO ESTADO DE SÃO PAULO

Folha 04/07

ANEXO

PROCESSO
Nº 25/2016

O presente anexo é parte integrante da LICENÇA AMBIENTAL DE INSTALAÇÃO Nº 2.507

22. *Apresentar, antes do início das atividades de supressão de vegetação, os convênios e parcerias estabelecidas com instituições para recebimento de animais feridos e mortos, incluindo o convênio com o Zoológico Municipal de Americana. Deverá ainda ser apresentado o croqui da base de apoio para análise e aprovação deste Departamento.*
23. *Apresentar, durante as obras de implantação do empreendimento, renovações periódicas das Autorizações de Manejo in Situ para manejo, translocação, captura e transporte da fauna, emitidas pelo Departamento de Fauna da Secretaria do Meio Ambiente (SMA/CBRN/DeFau), de acordo com a periodicidade estabelecida pelo mesmo.*
24. *Apresentar, o detalhamento do Subprograma de Monitoramento da Fauna Doméstica e Sinantrópica na Construção que inclua o controle sanitário da fauna sinantrópica; apoio à castração de cães e gatos; definição de instituições que receberão os animais domésticos vagantes e resgatados, com comprovação das parcerias e convênios estabelecidos; cadastramento dos animais domésticos das famílias desapropriadas/ reassentadas; campanhas de conscientização sobre: posse responsável, abandono de animais, acidentes em obras e próximos às rodovias, riscos de equinos e bovinos soltos próximo às rodovias com a população do entorno e com os trabalhadores da obra.*
25. *Apresentar relatórios quadrimestrais de acompanhamento do Programa de Mobilização e Desmobilização da Mão de Obra, informando sobre o contingente de trabalhadores contratados e desmobilizados no período, as capacitações realizadas, além de comprovar a priorização e contratação de trabalhadores locais.*
26. *Apresentar, antes de intervir em cada propriedade desapropriada, a respectiva imissão na posse ou acordo amigável firmado.*
27. *Apresentar relatórios quadrimestrais de acompanhamento do Programa de Desapropriação e Apoio a População e Negócios, contendo retrógráfico atualizado demonstrando o andamento das ações de desapropriação por propriedade, informações sobre o acompanhamento dos problemas vivenciados pelos proprietários e não proprietários atingidos pela desapropriação e relocação (informando o grau de adaptação à nova situação e nível de satisfação), avaliação de desempenho do programa, as não conformidades identificadas (principais problemas a serem solucionados), as respectivas medidas corretivas adotadas, equipe técnica responsável, o cronograma de atividades para o próximo período, e os registros fotográficos.*
28. *Apresentar, antes de intervir na área da atual Estrada Dr. José Bonifácio Coutinho Nogueira, de domínio público, o termo de autorização emitido pela Prefeitura Municipal de Campinas.*
29. *Obter as autorizações e anuências prévias dos órgãos e/ou concessionárias responsáveis pelas infraestruturas afetadas, antes das intervenções nestas.*
30. *Apresentar, no âmbito dos relatórios quadrimestrais de acompanhamento do PCA, as tratativas realizadas com a Prefeitura Municipal de Campinas sobre as adequações a serem realizadas na Estrada da Reforma Agrária (Estrada Dr. José Bonifácio Coutinho Nogueira).*

O presente documento foi emitido sem rasura e/ou colagem



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
COMPANHIA AMBIENTAL DO ESTADO DE SÃO PAULO

Folha 05/07

ANEXO

PROCESSO
Nº 25/2016

O presente anexo é parte integrante da LICENÇA AMBIENTAL DE INSTALAÇÃO Nº 2.507

31. *Comprovar, no âmbito dos relatórios quadrimestrais de acompanhamento do PCA, a execução da implantação das passagens de fauna, conforme as diretrizes do item 3.36 do Parecer Técnico nº 429/17/IE.*

Por ocasião da solicitação da Licença Ambiental de Operação – LO

32. *Apresentar relatório final do Programa de Comunicação Social com o balanço das atividades desenvolvidas durante as obras, eventuais não conformidades e respectivas medidas corretivas adotadas, a avaliação da efetividade do Programa e a equipe técnica responsável.*

33. *Apresentar relatório conclusivo dos Programas de Controle Ambiental das Obras – PCA, de Monitoramento Ambiental e de Educação Ambiental e dos Subprogramas, ilustrado com fotos datadas, com o balanço das atividades realizadas e a avaliação da efetividade das medidas adotadas. Deverá também ser comprovada a completa recuperação dos processos erosivos e de todas as áreas afetadas pelo empreendimento, incluindo os canteiros de obras e demais áreas de apoio, assim como a adequada destinação dos resíduos e efluentes gerados durante as obras.*

34. *Apresentar o detalhamento do Programa de Gestão Ambiental da Operação do Empreendimento, contemplando ações relativas à manutenção do plantio compensatório; gerenciamento de passivos ambientais; registros de acidentes com produtos perigosos, de incêndios gerados na faixa de domínio; ações de comunicação social e do gerenciamento de resíduos; ações de combate ao abandono de animais domésticos nas estradas ou áreas lindeiras.*

35. *Comprovar a implantação de barreira física de atenuação dos níveis de ruído no solo, de acordo com as diretrizes dispostas no item 3.3 do Parecer Técnico nº 429/17/IE.*

36. *Apresentar situação de atendimento ao Termo de Compromisso de Recuperação Ambiental – TCRA firmado com a CETESB, informando em relatório a descrição das ações realizadas; o mapeamento e georreferenciamento das áreas de plantio; os resultados obtidos e a avaliação dos plantios realizados; e o cronograma de atividades. Incluir o georreferenciamento dos plantios em fotos aéreas ou imagens de satélite e enviar os arquivos (extensão Geotiff ou compatível) e vetorial (extensão shp ou compatível), em UTM, Datum SIRGAS 2000.*

37. *Apresentar relatório final do Programa de Conservação da Fauna e Flora e seus Subprogramas, com um balanço e consolidação das ações realizadas, resultados obtidos, avaliação da efetividade do Programa e proposta de continuidade do Subprograma de Monitoramento de Fauna durante os três primeiros anos da operação.*

38. *Apresentar, após a apuração final do custo do empreendimento objeto do presente licenciamento, o relatório contábil, comprovando o montante efetivamente despendido na implantação do empreendimento, visando à realização de ajustes no valor destinado à compensação ambiental do empreendimento, cujo depósito, se houver, deverá ser realizado no mesmo fundo no qual foi efetuado o depósito originário, sendo tal depósito condicionante para a emissão da Licença de Operação.*

O presente documento foi emitido sem rasura e/ou colagem



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
COMPANHIA AMBIENTAL DO ESTADO DE SÃO PAULO

Folha 06/07

ANEXO

PROCESSO
Nº 25/2016

O presente anexo é parte integrante da LICENÇA AMBIENTAL DE INSTALAÇÃO Nº 2.507

39. *Apresentar relatório final do Programa de Mobilização e Desmobilização de Mão de Obra indicando, no mínimo, as atividades desenvolvidas, inclusive as eventuais ações realizadas em decorrência de possível pressão sobre a infraestrutura física e social local; o balanço dos empregos diretos e indiretos gerados; avaliação da implementação do Programa e a equipe técnica responsável.*

40. *Apresentar relatório final do Programa de Desapropriação e Apoio a População e Negócios, contemplando no mínimo, as ações realizadas na implantação do empreendimento; as negociações amigáveis firmadas ou imissões provisórias na posse emitidas e representadas em planta (escala 1:5.000) com as delimitações das propriedades e a situação legal de cada propriedade; a avaliação dos resultados obtidos e as atividades a serem realizadas no período de operação, como o monitoramento e o acompanhamento do reassentamento, não inferior a 12 meses após a conclusão da relocação da população afetada; a comprovação da relocação dos equipamentos afetados pelo empreendimento; entre outros.*

41. *Apresentar manifestação do Instituto do Patrimônio Histórico, Artístico e Nacional – IPHAN, quanto o atendimento ao Ofício nº 369/2017/IPHAN-SP-IPHAN;*

42. *Comprovar a implantação das caixas de contenção na altura das estacas 1068, 1075, 1080 e 1084, a adequação do Plano de Atendimento à Emergências e a realização de Simulado de Atendimento à Emergências conforme diretrizes do Parecer Técnico nº052/CEEQ/2017.*

43. *Apresentar revisão do Plano de Ação Emergencial e Programa de Gerenciamento de Risco da Rodovia José Roberto Magalhães Teixeira (SP 083), incorporando o trecho do prolongamento implantado, e de acordo com a Decisão de Diretoria nº70/2016 de 12/04/16.*

44. *Comprovar a implantação das passagens de fauna localizadas nas estacas 1071 e 1084, conforme as diretrizes do item 3.36 do Parecer Técnico nº 429/17/IE.*

45. *Apresentar o detalhamento do Subprograma de Monitoramento dos Atropelamentos de Fauna, no âmbito do Programa de Conservação da Fauna da Operação, contemplando no mínimo, propostas de instalação de câmeras, placas indicativas de fauna silvestre e limitadores físicos e eletrônicos de velocidade nos pontos críticos da rodovia; equipe técnica responsável com respectivas ARTs; periodicidade das atividades; formas de registros de atropelamentos, com indicação dos pontos críticos e propostas de medidas mitigadoras; previsão de coleta e destinação dos animais atropelados vivos e mortos; metodologia de monitoramento das passagens de fauna; estudo de locais para implantação de dispositivos que incentivam a elevação da altura do voo de aves. Tal proposta deverá ser baseada nos resultados consolidados das campanhas de monitoramento de fauna realizadas antes e durante a instalação do empreendimento.*

O presente documento foi emitido sem rasura e/ou colagem



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
COMPANHIA AMBIENTAL DO ESTADO DE SÃO PAULO

Folha 07/07

ANEXO

PROCESSO

Nº 25/2016

O presente anexo é parte integrante da LICENÇA AMBIENTAL DE INSTALAÇÃO Nº 2.507

Durante a operação do empreendimento

46. Apresentar relatórios anuais de acompanhamento do Programa de Gestão Ambiental da Operação do Empreendimento, contemplando o monitoramento das seguintes variáveis: situação das estruturas de drenagem superficial; a suficiência hidráulica dos bueiros; situação dos dispositivos de retenção/contenção de líquidos, consolidação do plantio compensatório; gerenciamento de passivos ambientais; histórico de acidentes de produtos perigosos; histórico de faixas de incêndio gerados na faixa de domínio.

47. Apresentar, no âmbito do primeiro relatório anual de acompanhamento do Programa de Gestão Ambiental da Operação, os resultados da 2.ª campanha de medição de níveis de ruído, em conformidade com o "Procedimento para Medição de Níveis de Ruído em Sistemas Lineares de Transportes" (Decisão de Diretoria CETESB n.º 100/2009/P de 19/05/09) e com a "Regulamentação de Níveis de Ruído em Sistemas Lineares de Transportes localizados no Estado de São Paulo" (Decisão de Diretoria CETESB n.º 389/2010/P de 21/12/10). Caso sejam verificados níveis acima do padrão preconizado, devem ser propostas e implantadas medidas mitigadoras de ruído.

48. Incluir no âmbito dos relatórios anuais de acompanhamento do Programa de Gestão Ambiental da Operação do Empreendimento, informações sobre eventuais não conformidades em propriedades lindeiras e a corpos d'água causados pela drenagem pluvial da Rodovia e propor respectivas medidas de recuperação.

49. Apresentar, relatórios anuais do Subprograma de Monitoramento dos Atropelamentos de Fauna e das Medidas Mitigadoras, no âmbito do Programa de Conservação da Fauna da Operação, contemplando listagem com as ocorrências, localização e identificação das espécies (silvestres e domésticas) atropeladas; previsão de coleta e destinação dos animais atropelados vivos e mortos; dados e resultados obtidos no monitoramento das passagens de fauna, registros fotográficos datados; interpretação e análise técnica dos resultados por profissional habilitado; e, caso pertinente, indicação dos pontos críticos e de propostas adicionais de mitigação.

XX
XX

O presente documento foi emitido sem rasura e/ou colagem